



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Financeiro de 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO FINANCEIRA
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis – UNILAB

Exercício Financeiro de 2017

Balanço Patrimonial
Demonstração das Variações Patrimoniais
Balanço Orçamentário
Balanço Financeiro
Demonstração do Fluxo de Caixa
Notas Explicativas

REDENÇÃO/CE
2018

Equipe da Coordenação Financeira

Ana Regina Ratts Frazão
Gestora Financeira

Ludmila Gonçalves Lopes Ferreira
Contadora Responsável

Samuel Antônio Azevedo Oliveira
Técnico em Contabilidade

Amauri Bandeira Bastos
Técnico em Contabilidade

Rafaela Gomes de Lima
Contadora

Anne Danielle Mota Ferraz
Contadora

Larissa Lima Rodrigues
Assistente em Administração

Ana Carolina Félix Agra
Técnica em Contabilidade

Francisco Antunes de Oliveira Junior
Técnico em Contabilidade

Rebeca Natália Salcedo Coutinho
Assistente em Administração

Sara Ferreira de Souza
Assistente em Administração

Maria Edilene Silva Lima Rodrigues
Assistente de Apoio à Gestão

Rosilene Palhares Nobre Viana
Assistente de Apoio à Gestão

Coordenação Financeira
Av. Abolição, 03, Centro, Redenção – CE
Telefone: (85) 3332.1810
Email: financeiro@unilab.edu.br

Sumário

Equipe da Coordenação Financeira.....	2
Lista de Siglas	4
1. Introdução.....	5
2. Balanço Patrimonial	6
3. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	10
4. Balanço Orçamentário.....	12
5. Balanço Financeiro.....	15
6. Demonstração do Fluxo de Caixa	17
7. Notas Explicativas	19
8. Considerações Finais	28
9. Referências.....	29

Lista de Siglas

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC – Ministério da Educação

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

PL – Patrimônio Líquido

RCPG – Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidades do Setor Público

RPNP – Restos a Pagar Não Processados

RPP – Restos a Pagar Processados

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

1. Introdução

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público apresenta como marco histórico nesse processo de evolução a Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, no âmbito nacional, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, nas quais se inserem os procedimentos de contabilidade.

A Lei nº 4.320/64 estabeleceu as demonstrações contábeis que deverão ser apresentadas, no caso desta Universidade, à União: os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, e a Demonstração das Variações Patrimoniais. A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 16.6, em acordo com as normas internacionais, ratificou as demonstrações já exigidas pela lei supracitada e acrescentou a Demonstração do Fluxo de Caixa, que passou a ser obrigatória.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.133/2008 definiu demonstração contábil como uma técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público e suas mutações.

A base de preparação das demonstrações exigidas é o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei nº 10.180/2001 (Sistema de Administração Financeira e de Contabilidade Federal) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Ressalta-se que a inobservância às Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar sujeita às penalidades previstas no Código de Ética Profissional do Contador e no decreto-lei de criação do CFC.

As demonstrações contábeis, acompanhadas por anexos, notas explicativas e outros demonstrativos exigidos por lei, são chamadas de Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG), sendo úteis aos usuários em geral, a fim de dar suporte ao processo de tomada de decisão e à devida prestação de contas. Permite análises dinâmicas e profundas que revelam importantes aspectos da gestão pública, a fim de compreender múltiplos relatórios, cada qual com o seu objetivo.

2. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação. Este balanço é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:

- **Ativo:** recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- **Passivo:** obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- **Patrimônio Líquido:** diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações.

A Lei nº 4.320/1964 confere um viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Com o MCASP, o Balanço Patrimonial passou a ter uma visão patrimonial, segregando os ativos e passivos em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

- **Ativo Circulante** – Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que possuem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.
- **Ativo não Circulante** – Compreende os ativos que têm a expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis e estão divididos em ativo Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível.
- **Passivo Circulante** – Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, além daqueles que a entidade for fiel depositária, independente do prazo de exigibilidade.
- **Passivo não Circulante** – Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, além daqueles que não atendam a nenhum dos critérios que os classifiquem no Passivo Circulante.

O Balanço Patrimonial, baseado no MCASP, adequado às normas internacionais, às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Lei 4.320/64, é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação; e
- d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Tabela 1 - Quadro Principal

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	3.075.955	3.262.944	PASSIVO CIRCULANTE	560.516	2.052.431
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.845.136	2.337.482	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a pagar a Curto Prazo	359.818	362.461
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.090.642	700.986	Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	200.397	1.688.769
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	140.178	224.079	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	398	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	300	1.201
ATIVO NÃO CIRCULANTE	103.991.437	98.047.229	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a pagar de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	560.516	2.052.431
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	103.144.830	97.200.622	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	23.797.586	24.463.013	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	32.919.752	30.303.387	Resultados Acumulados	106.506.876	99.257.742
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(9.122.166)	(5.840.374)	Resultado do Exercício	7.918.224	18.493.213
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	99.257.742	80.757.544
Bens Imóveis	79.347.244	72.737.610	Ajustes de Exercícios Anteriores	(669.089)	6.985
Bens Imóveis	79.347.244	72.737.610	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	106.506.876	99.257.742
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	846.606	846.606			
Softwares	846.606	846.606			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	107.067.392	101.310.173	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.067.392	101.310.173

Fonte: SIAFI.

O resultado patrimonial do exercício de 2017, apurado na Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), foi de R\$ 7.918.224, que somado ao Resultado de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores, totaliza um Patrimônio Líquido, em 2017, de R\$ 106.506.876.

Tabela 2 - Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Ativo Financeiro	1845.136	2.337.482	Passivo Financeiro	21.388.797	25.998.485
Ativo Permanente	105.222.256	98.972.691	Passivo Permanente	359.818	362.461
			SALDO PATRIMONIAL	85.318.776	74.949.227

Fonte: SIAFI.

O quadro acima foi incluído na estrutura do MCASP, elaborado pela STN, para atender ao art. 105 da Lei 4.320/64, que confere uma natureza mais orçamentária ao balanço patrimonial, segregando os ativos e passivos em Financeiro e Permanente:

- **Ativo Financeiro** – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- **Ativo Permanente** – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- **Passivo Financeiro** – Compreende as dívidas fundadas (corrigindo a lei: dívidas flutuantes) e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- **Passivo Permanente** – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Pode-se observar que o Ativo Financeiro corresponde ao grupo de contas 'Caixa e Equivalentes de Caixa'; o restante dos grupos corresponde ao Ativo Permanente. E o Passivo Permanente corresponde ao grupo de contas 'Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo', que são os valores que ainda não passaram pelo estágio da despesa 'empenho'.

Nesse quadro, os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais, sendo facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Tabela 3 - Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	14.030.716	4.755.812	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	58.943.556	94.209.276
Execução dos Atos Potenciais Ativos	14.030.716	4.755.812	Execução dos Atos Potenciais Passivos	58.943.556	94.209.276
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.733.987	418.298	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	10.296.729	4.337.515	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	58.943.556	94.209.276
TOTAL	14.030.716	4.755.812	TOTAL	58.943.556	94.209.276

Fonte: SIAFI.

A tabela acima apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

- **Atos Potenciais Ativos** – Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.
- **Atos Potenciais Passivos** – Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Os valores dos Atos Potenciais Ativos se referem à Garantias e Contragarantias recebidas e a Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber. Os Atos Potenciais Passivos referem-se exatamente a Obrigações Contratuais a Executar.

Vale salientar que foram conciliados cerca de 60% das Obrigações Contratuais. O restante precisa ser conciliado para verificar a necessidade de ajustes, como ocorreram nos que já foram conciliados. As conciliações estão sendo realizadas pela Divisão de Contabilidade/COFIN, conforme informações fornecidas pelo núcleo de contratos/COLOG.

Tabela 4 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-284.127
Recursos Vinculados	-19.259.535
Educação	-20.443.412
Operação de Crédito	2.007
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.181.836
Outros Recursos Vinculados a Fundos	34
TOTAL	-19.543.662

Fonte: SIAFI.

Esse quadro é segregado por fonte/destinação de recursos, legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

- **Superávit Financeiro** – Corresponde à diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.
- **Déficit Financeiro** – Corresponde à diferença negativa entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Neste caso, houve um deficit financeiro de R\$ 19.543.662, que pode ser demonstrado pela diferença entre o Ativo Financeiro (R\$ 1.845.136) e o Passivo Financeiro (R\$ 21.388.797).

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais registra as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, além de indicar o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 5 – Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	140.283.120	126.188.029
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	967.245	982.140
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	967.245	982.140
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16.200	5.014
Juros e Encargos de Mora	16.200	5.014
Transferências e Delegações Recebidas	139.020.665	124.894.151
Transferências Intragovernamentais	137.006.302	122.995.846
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.014.363	1.898.305
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	28.726	110.424
Ganhos com Incorporação de Ativos	27.825	12.542
Ganhos com Desincorporação de Passivos	901	97.882
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	250.284	196.300
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	250.284	196.300
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	132.364.897	107.694.816
Pessoal e Encargos	83.975.239	66.332.843
Remuneração a Pessoal	66.632.550	52.036.558
Encargos Patronais	11.270.619	8.936.417
Benefícios a Pessoal	6.062.966	5.359.868
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.105	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	605.031	484.469
Aposentadorias e Reformas	562.069	467.932
Pensões	29.151	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.811	16.537
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	28.453.677	27.547.896
Uso de Material de Consumo	768.701	1.274.401
Serviços	25.069.234	24.042.785
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.615.742	2.230.709
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.671	7.944
Juros e Encargos de Mora	359	3.099
Descontos Financeiros Concedidos	11.312	4.846
Transferências e Delegações Concedidas	4.550.567	591.416
Transferências Intragovernamentais	2.515.278	550.956
Transferências a Instituições Privadas	52.287	31.867
Transferências ao Exterior	3.908	8.593
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.979.093	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	29.870	14.832
Perdas Involuntárias	24.708	-
Desincorporação de Ativos	5.162	14.832
Tributárias	18.788	17.951
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.626	5.851
Contribuições	12.163	12.099
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.720.053	12.697.465
Incentivos	14.718.155	12.697.465
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.898	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	7.918.224	18.493.213
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: SIA FI.

O resultado patrimonial do período de 2017, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, foi, superavitária, de R\$ 7.918.224. Este valor passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício. Não houve variações qualitativas no exercício de 2017.

Esta Demonstração tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

4. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Em geral é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. As receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Resultado Orçamentário é obtido pela diferença entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas, conforme dispõe o art.35 da Lei 4.320/64. Podendo ser um superávit (se for positivo) ou déficit (se for negativo).

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP); e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (RPP).

Tabela 6 - Quadro Principal

RECETA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	1.041.072	1.041.072	1.221.798	180.726		
Receita Patrimonial	184.863	184.863	180.908	- 3.955		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	184.863	184.863	180.908	- 3.955		
Receitas de Serviços	723.767	723.767	790.606	66.839		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	723.767	723.767	790.606	66.839		
Outras Receitas Correntes	132.442	132.442	250.284	117.842		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	127.278	127.278	24	- 127.254		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.164	5.164	250.260	245.096		
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-		
RECURSOS ARRECADADOS EM	-	-	-	-		
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.041.072	1.041.072	1.221.798	180.726		
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.041.072	1.041.072	1.221.798	180.726		
DEFICIT	-	-	132.275.050	132.275.050		
TOTAL	1.041.072	1.041.072	133.496.848	132.455.776		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	-	-	-		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	105.699.827	127.375.958	125.633.018	122.935.534	122.858.988	1.742.940
Pessoal e Encargos Sociais	63.236.328	79.308.553	78.895.791	78.895.791	78.895.791	412.762
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	42.463.499	48.067.405	46.737.227	44.039.743	43.963.197	1.330.178
DESPESAS DE CAPITAL	17.135.806	12.345.809	7.863.830	2.797.773	2.797.773	4.481.979
Investimentos	17.135.806	12.345.809	7.863.830	2.797.773	2.797.773	4.481.979
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	122.835.633	139.721.767	133.496.848	125.733.307	125.656.761	6.224.919
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	122.835.633	139.721.767	133.496.848	125.733.307	125.656.761	6.224.919
TOTAL	122.835.633	139.721.767	133.496.848	125.733.307	125.656.761	6.224.919

Fonte: SIAFI.

O Orçamento para o exercício de 2017, aprovado pela Lei Orçamentária nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2017, determinou como crédito inicial para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira de R\$ 122.835.633,00.

A dotação foi atualizada para R\$ 139.721.767, considerando os créditos iniciais e as alterações ocorridas na LOA ao longo do exercício de 2017. Na despesa corrente houve um acréscimo de R\$ 21.676.131 e na despesa de capital houve uma redução de R\$ 4.789.997, gerando um acréscimo total de R\$ 16.886.134 nas despesas.

No quadro das receitas, podemos observar que houve, em 2017, um excesso de arrecadação de R\$ 180.726, que pode ser evidenciado principalmente nos grupos de Receitas de Serviços, que pode ser justificado pelo excesso de recebimento de serviços administrativos (aluguéis dos espaços do Restaurante Universitário e da cantina) e de taxas de inscrição de concurso, e Outras Receitas Correntes, sendo justificado pela restituição de despesa de exercício anterior indevidos. Neste mesmo exercício, não houve receita de capital, já que não foram realizadas operações de crédito, alienação de bens e, muito menos, amortização de empréstimos, pois a Unilab não realizou nenhum empréstimo.

No quadro das despesas, é demonstrada uma economia de despesa de R\$ 6.224.919, que se deu principalmente nas Despesas de Capital, pela desaceleração das obras em andamento; como também nas Despesas Correntes, pela limitação de empenho por parte do MEC.

O Resultado da Execução Orçamentária, apurado em 2017, foi um déficit de R\$ 132.275.050, visto que as Despesas empenhadas (R\$ 133.496.848) foram superiores a Receita Realizada (R\$ 1.221.798).

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, conforme dispõe o art.36 da Lei 4.320/64.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) são aqueles cujo empenho fora legalmente emitido, mas ainda não houve a fase de liquidação, tendo em vista que o objeto adquirido ainda não foi entregue ou depende ainda de algum fator para sua regular liquidação.

Tabela 7 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	384.501	3.657.658	2.596.443	2.585.457	1.102.088	354.614
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	384.501	3.657.658	2.596.443	2.585.457	1.102.088	354.614
DESPESAS DE CAPITAL	18.202.987	2.063.369	6.387.046	6.386.353	798.379	13.081.623
Investimentos	18.202.987	2.063.369	6.387.046	6.386.353	798.379	13.081.623
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.587.488	5.721.027	8.983.489	8.971.810	1.900.467	13.436.238

Fonte: SIAFI.

O atraso na execução dos restos a pagar pode ser observado principalmente nas despesas de capital, grupo de despesa Investimentos, devido a atrasos nas obras da residência universitária (contrato 16/2012) e centro de convivência e restaurante universitário (contrato 03/2014).

Os Restos a Pagar Processados (RPP) são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Processou-se a fase da liquidação da despesa e, restando apenas a entrega dos recursos através do pagamento. Ressalta-se que no demonstrativo abaixo inclui-se ainda os RPNP de anos anteriores que em algum momento foram liquidados.

Tabela 8 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	62.800	226.215	175.942	901	112.173
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	62.800	226.215	175.942	901	112.173
DESPESAS DE CAPITAL	5.271	1.395.384	1.400.655	-	-
Investimentos	5.271	1.395.384	1.400.655	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	68.071	1.621.599	1.576.597	901	112.173

Fonte: SIAFI.

Alguns valores também estão sendo reinscritos há vários anos, pois o fornecedor já prestou o serviço, porém o processo está com alguma irregularidade ou aguardando conclusão do processo judicial.

5. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é a demonstração que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

Este demonstrativo é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); e
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Tabela 9 - Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.221.798	1.178.608	Despesas Orçamentárias	133.496.848	111.619.033
Ordinárias	249.805	63.414	Ordinárias	39.848.865	36.534.170
Vinculadas	984.244	1.120.361	Vinculadas	93.647.983	75.084.864
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	984.244	1.120.361	Educação	92.918.788	73.382.290
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.251	-5.166	Operação de Crédito		1.152.330
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	729.196	529.680
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		20.564
Transferências Financeiras Recebidas	137.006.302	122.995.846	Transferências Financeiras Concedidas	2.515.278	550.956
Resultantes da Execução Orçamentária	125.323.145	104.403.993	Resultantes da Execução Orçamentária	2.038.855	487.543
Repasse Recebido	123.292.638	103.916.450	Repasse Concedido	8.348	
Sub-repasse Recebido	2.030.506	487.543	Sub-repasse Concedido	2.030.506	487.543
Independentes da Execução Orçamentária	11.683.157	18.591.854	Independentes da Execução Orçamentária	476.423	63.414
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.591.971	17.222.097	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	226.502	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.091.187	1.369.757	Movimento de Saldos Patrimoniais	249.921	63.414
Recebimentos Extraorçamentários	8.093.118	7.120.355	Despesas Extraorçamentárias	10.801.438	18.601.121
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	76.546	419.359	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.576.597	2.865.051
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.763.541	5.721.027	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.971.810	14.745.851
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	253.031	979.970	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	253.031	979.970
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	10.249
Saldo do Exercício Anterior	2.337.482	1.813.782	Saldo para o Exercício Seguinte	1.845.136	2.337.482
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.337.482	1.813.782	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.845.136	2.337.482
TOTAL	148.658.700	133.108.592	TOTAL	148.658.700	133.108.592

Fonte: SIAFI.

O resultado financeiro do exercício de 2017 foi de R\$ 492.346 negativamente, obtido pela diferença entre o saldo final e o saldo inicial das disponibilidades, ou seja, a diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários, o que representou um saldo das disponibilidades ao final do exercício de 2017. Este mesmo resultado financeiro pode ser observado na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Vale salientar que a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Observa-se que na coluna dos Ingressos, as “Transferências Financeiras Recebidas” são as entradas de recursos financeiros repassados pelo Tesouro Nacional, para pagamento de despesas da Universidade.

Ressalta-se que o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

6. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e as saídas de caixa, classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Tabela 10 - Demonstração do Fluxo de Caixa

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.092.435	17.660.022
INGRESSOS	138.481.131	125.154.424
Receitas Derivadas e Originárias	1.221.798	1.178.608
Receita Patrimonial	180.908	102.810
Receita de Serviços	790.606	879.498
Outras Receitas Derivadas e Originárias	250.284	196.300
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	137.259.333	123.975.816
Ingressos Extraorçamentários	253.031	979.970
Transferências Financeiras Recebidas	137.006.302	122.995.846
DESEMBOLSOS	-128.388.696	-107.494.403
Pessoal e Demais Despesas	-114.862.623	-96.960.613
Previdência Social	-584.607	-464.211
Educação	-114.278.016	-96.496.402
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-10.757.764	-8.992.615
Intragovernamentais	-10.721.962	-8.952.155
Outras Transferências Concedidas	-35.802	-40.460
Outros Desembolsos das Operações	-2.768.309	-1.541.175
Dispêndios Extraorçamentários	-253.031	-979.970
Transferências Financeiras Concedidas	-2.515.278	-550.956
Demais Pagamentos	-	-10.249
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.584.781	-17.136.322
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.584.781	-17.136.322
Aquisição de Ativo Não Circulante	-10.584.781	-17.136.322
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-492.346	523.700
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.337.482	1.813.782
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.845.136	2.337.482

Fonte: SIAFI.

Ressalta-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e que deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de 2017, classificadas nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento. A soma dos três fluxos corresponderá à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2017.

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Esta demonstração permite aos seus usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Da análise do quadro acima, foi gerado um líquido de caixa de R\$ 10.092.435 nas atividades de operações e consumido um líquido de caixa de R\$ 10.584.781 nas atividades de investimentos. Resultando um consumo total do líquido de caixa e equivalentes de caixa num total de R\$ 492.346, o que pode ser comprovado pela diferença entre o saldo inicial, R\$ 2.337.482, e final, R\$ 1.845.136, da conta caixa e equivalentes de caixa.

7. Notas Explicativas

NOTA 01 - Informações gerais

(a) Natureza jurídica da entidade

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma autarquia federal, criada pela Lei 12.289/2010, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal.

A UNILAB está vinculada ao MEC sob o Órgão nº 26442 e Unidades Gestoras Executoras nº 158565 e 158634. Está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 12.397.930/0001-00. Possui ainda uma segunda inscrição no CNPJ, referente ao campus em São Francisco do Conde/BA, com o nº e 12.397.930/0002-90.

(b) Domicílio da entidade

A UNILAB possui sede na cidade de Redenção, no Estado do Ceará e realiza suas atividades nas seguintes unidades:

- **Campus da Liberdade:** Av. Abolição, 03, Centro, Redenção/CE
- **Campus dos Palmares:** Rodovia CE 060, Km 51, Acarape/CE
- **Campus das Auroras:** Rua José Franco de Oliveira, S/N, Redenção/CE
- **Campus dos Malês:** Av. Juvenal Eugênio Queiroz, S/N, São Francisco do Conde/BA

(c) Natureza das operações e principais atividades da entidade

A UNILAB, universidade federal pública brasileira, tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

(d) Criação, extinção, liquidação ou incorporação de unidades

No âmbito da UNILAB, não houve, em 2017, nenhuma criação, extinção, liquidação ou incorporação de unidades. A Unidade Gestora 158634 (UNILAB/Campus dos Malês) foi criada em 2016.

NOTA 02 - Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis da UNILAB foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio da UNILAB, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão da UNILAB.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e a composição e estruturas estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

NOTA 03 - Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da UNILA, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A unidade de moeda em que os demonstrativos são apresentados é o Real (R\$), tendo sido suprimidos os centavos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

As Disponibilidades da Universidade são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 4.3.1 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

(c) Créditos a Curto Prazo

A conta de Créditos registra os valores a receber por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações. Os direitos, títulos de créditos da Universidade são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 4.3.2 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP, pelo seu valor original. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacam-se:

- Adiantamento de férias e 13º Salário: esta conta refere-se ao adiantamento de férias que é concedido para o servidor para gozo no exercício seguinte, e o adiantamento de 13º Salário é concedido quando o servidor solicita no pedido de suas férias.

(d) Estoques

De acordo com o MCASP, item 4.3.3, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os estoques da UNILAB são avaliados com base no valor da aquisição. O único montante referente a Estoques nesta Universidade está concentrado na conta de Materiais de consumo (11561.01.00), R\$ 140.177,86, referente a Material de Consumo, entre eles material de expediente, material de copa e cozinha, entre outros.

(e) Imobilizado

De acordo o MCASP, item 4.3.5, os imobilizados são mensurados ou avaliados inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os imobilizados da UNILAB são avaliados com base no valor da aquisição. O montante referente a Imobilizados nesta Universidade está concentrado na conta sintética 1.2.3.0.0.00.00 acumulando o valor de R\$ 103.144.830, referente a Bens móveis e Bens imóveis. Os bens móveis totalizam R\$ 32.919.752 e os bens imóveis R\$ 79.347.244, sendo na sua maioria (98,21%) obras em andamento, conforme detalhamento abaixo:

	31/12/2017
Bens Móveis	23.797.586
(+) Valor Bruto contábil	32.919.752
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	9.122.166
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-
Bens Imóveis	79.347.244
(+) Valor Bruto contábil	79.347.244
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-
Total	103.144.830

Os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 98,22% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26442, perfazendo o montante de R\$ 77.932.269 em 31/12/2017 a valores brutos. Ressalta-se que o único bem imóvel cadastrado no SPIUNET é a Fazenda Experimental Piroás (FEP) no valor de R\$ 420.000, que não está gerando depreciação, pois está registrado como terreno.

Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo deve optar entre valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação. Porém, não houve essa valoração até o final do exercício de 2017.

(f) Intangível

De acordo o MCASP, item 4.3.6, os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). A esse respeito, esclarecemos que não há amortização já que todos os bens intangíveis da UNILAB são de vida útil indefinida. O montante referente a Intangível nesta Universidade está concentrado na conta sintética 1.2.4.0.0.00.00 acumulando o valor de R\$ 846.606.

(g) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta de Dívidas registra os valores a pagar por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações. As obrigações da Universidade são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 4.3.2 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP, pelo seu valor original. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. Entre as contas que possuem maior representatividade, destacam-se:

- Fornecedores: esta conta refere-se ao valor que a Universidade empenhou, liquidou, mas ainda não pagou; ou seja, o valor que a Universidade deve aos credores.

Os fornecedores A, B e C representam cerca de 65% do total a ser pago:

	31/12/2017
FORNEC. A - 70.237.672/0002-81 - DINAMO VIGILANCIA EIRELI	55.475
FORNEC. B - 12.480.291/0001-41 - ATHUS - ASSESSORIA TECNICA E SERVICOS L	40.305
FORNEC. C - 11.786.359/0001-52 - PLANTAO PRESTACAO DE SERVICOS ADMINIS	33.086
DEMAIS FORNECEDORES	71.531
Total	200.397

A seguir é apresentado um resumo das transações desses fornecedores:

- Fornecedor A: 70.237.672/0002-81 - DÍNAMO VIGILÂNCIA EIRELI é uma empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial no Campus da Bahia. O saldo em aberto (R\$ 55.474,85) refere-se às notas fiscais nº 454, 455, 457, 475 e 479, dos meses de agosto/2016, setembro/2016, outubro/2016, novembro/2016 e dezembro/2016, respectivamente, e será utilizado para fins de possíveis pagamentos judiciais de direitos trabalhistas, em função de alguns funcionários da referida empresa terem aberto processo na

Justiça do Trabalho, alegando não cumprimento das devidas obrigações por parte da empregadora. O contrato nº 24/2014 foi decorrente do Pregão Eletrônico nº 12/2014.

- Fornecedor B - 12.480.291/0001-41 - ATHUS - ASSESSORIA TÉCNICA E SERVIÇOS LTDA - ME é uma empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização no Campus da Bahia. O saldo em aberto (R\$ 40.305,46) refere-se às notas fiscais nº 220, 227 e 238, dos meses de setembro/2017, outubro/2017 e novembro/2017, respectivamente, e será utilizado para fins de pagamento de direitos trabalhistas dos funcionários da empregadora, conforme Mediação nº 003438.2017.05.000/6-35 do MPT. O contrato nº 24/2016 foi decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2016.
- Fornecedor C - 11.786.359/0001-52 - PLANTAO PRESTACAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - EP refere-se à prestação de serviço de terceirização nos Campi do Ceará. O saldo em aberto (R\$ 33.086,05) refere-se à 2 (duas) notas fiscais pendentes (nº 891 e 892), aguardando o resultado do processo judicial, podendo ser utilizadas para possíveis pagamentos de direitos trabalhistas dos funcionários da contratada. O contrato 41/2013 foi decorrente da dispensa nº 40/2013.

(h) Depreciação, Amortização e Exaustão

A divisão de patrimônio tem efetuado o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 6.3 da macrofunção 02.03.30, o qual estabelece uma tabela de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação, juntamente com o percentual aplicável a cada bem para se efetuar o cálculo, além de estabelecer o método das cotas constantes (item 7.2) para utilização por todos os órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta por permitir a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

Segue abaixo as contas utilizadas pela Universidade com a devida vida útil, como também com seu valor residual:

➤ **CONTA 12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO**

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 20%

➤ **CONTA 12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP.**

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 20%

➤ **CONTA 12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS**

Vida Útil (anos): 20

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**

➤ Vida Útil (anos): 10

➤ Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

Vida Útil (anos): 5

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 0%

➤ **CONTA 12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO**

Vida Útil (anos): 10

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA**

Vida Útil (anos): 15

Valor Residual: 10%

➤ **CONTA 12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS**

- Vida Útil (anos): 10
- Valor Residual: 10%

Vale salientar que todos os veículos, sejam carros ou ônibus, estão classificados na Conta 12311.05.03 Veículos de Tração Mecânica.

a. Depreciação de bens móveis

O cálculo da Depreciação dos bens móveis da UNILAB está sendo efetuado pelo sistema informatizado do SIPAC conforme parametrizações realizadas de vida útil e valor residual. O relatório de Depreciação, extraído do sistema, é enviado todo início do mês ao setor de contabilidade para registro contábil e conciliação.

Por fim, importa esclarecer que a depreciação dos livros da biblioteca é calculada pelo sistema informatizado PERGAMUM. Entretanto, no exercício de 2017, só foi registrado até o mês de agosto de 2017, pois o sistema não extraiu relatórios após este mês com os cálculos corretos. No exercício de 2018, será analisado este problema para resolução.

b. Depreciação de bens imóveis

A depreciação de bens imóveis não foi realizada em 2017, visto que estes bens não estão plenamente registrados e controlados em sistema informatizado para registro e gestão de bens imóveis. A Gerência de Patrimônio desta Universidade está realizando levantamento de todos os bens imóveis que a Universidade detém para registro no SPIUNET, e, conseqüentemente, o cálculo da depreciação.

c. Amortização e Exaustão

O cálculo da Amortização não está sendo efetuado, pois a obrigatoriedade é para os bens intangíveis que tem vida útil definida. Todos os bens intangíveis da Universidade são de vida útil indefinida, o que desobriga de amortizar.

E o cálculo referente à Exaustão não se aplica à Universidade.

(i) Conformidade Contábil

A conformidade contábil é realizada pela Setorial de Contabilidade de UG (158565 e 158634) e órgão (26442), nos termos Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da Conformidade Contábil.

O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada

no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº. 01, de 06 de abril de 2001.

A conformidade contábil é registrada no Sistema SIAFI nas Unidades Gestoras Executoras citadas acima, no órgão 26442.

Os dados informados neste item foram obtidos por meio de consulta às transações CONDESAUD do Sistema SIAFI Web e referem-se ao registro de ocorrências/restrições relativas a inconsistências ou desequilíbrios apresentados no Balancete e nos Auditores Contábeis do SIAFI, no caso da Conformidade Contábil; e à falta de registro ou registro com restrições referente à Conformidade de Registros de Gestão, extraídos da transação mencionada acima.

De periodicidade mensal, o registro foi feito sistematicamente de janeiro a dezembro de 2017, nas Unidades Gestoras Executoras: 158565 e 158634.

a. Ocorrências apontadas em 2017

- **Alerta** - sinaliza a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros.
- **Ressalva** - indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis.

Unidade Gestora	Quantidade de Restrições	Código da Restrição *
158565	7 ressalvas	603, 634, 640, 642, 643, 651, 681
158565	1 alerta	315
158634	1 alerta	315

*Descrição da restrição:

315 – Falta/Restrição conformidade registros de gestão

603 – Sd contábil do almoxarifado não confere c/RMA

634 – Falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros

640 – Sd contábil de bens móveis não confere c/RMB

642 – Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado

643 – Falta/Evolução Incompatível Amortização Ativo Intangível

651 – Falta ou inconsistência no contrato

681 – Regularização indevida valores recebidos GRU

b. Ocorrências não sanadas em 2017

UG 158565

634 - Falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros: o registro dessa ressalva foi decorrente da falta de avaliação dos bens.

640 - Saldo contábil dos bens móveis não confere c/RMB: o registro dessa ressalva foi decorrente a diferença entre o saldo de RMB e o saldo contábil, pois a Nota Fiscal não chegou a tempo de ser apropriada.

8. Considerações Finais

A contabilidade pública brasileira vem sofrendo, nos últimos anos, um processo de evolução e convergência aos padrões internacionais, deixando de dar o enfoque principal aos conceitos orçamentários e direcionando-o para a evidenciação dos aspectos patrimoniais, exigindo, assim, um novo padrão das informações contábeis, capaz de permitir a correta interpretação dos fenômenos patrimoniais, o diagnóstico da situação orçamentária e financeira e a análise dos resultados econômicos.

Diante da necessidade de se evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais a UNILAB apresentou o presente relatório, contendo as análises e explicações necessárias ao bom entendimento dos fatos que embasaram os lançamentos contábeis no exercício de 2017.

As Demonstrações Contábeis foram apresentadas em comparação ao ano anterior, facilitando assim a obtenção dos dados que proporcionaram a execução deste trabalho. A partir das informações apresentadas no presente relatório segue um breve resumo dos resultados apresentados na UNILAB em 2017:

- a. O Resultado Patrimonial apurado em 2017 foi superavitário em aproximadamente R\$ 7.918.224, apresentando uma redução de 57,18% em relação ao exercício anterior. A principal causa dessa alteração decorre do aumento das obras em andamento, com mais de R\$ 6 milhões;
- b. O Patrimônio Líquido em 2017 ficou positivo em cerca de R\$ 106,5 milhões. Em comparação com o valor de 2016, que foi de R\$ 99,2 milhões, percebe-se que houve um acréscimo nominal de 7,30%. O principal item que contribuiu para esta variação foi o Resultado Patrimonial positivo apurado em exercícios anteriores, da ordem de R\$ 18,5 milhões;
- c. O Resultado Financeiro de 2017 atingiu, deficitariamente, o montante de R\$ 492.346. Em comparação com o resultado do exercício anterior, que alcançou R\$ 523.700 superavitário;
- d. O Resultado Orçamentário de 2017 foi de R\$ 132,2 milhões, visto que as receitas orçamentárias realizadas (R\$ 1.221.798) foram superiores às despesas orçamentárias empenhadas (133.496.848).

Salienta-se que a STN é o órgão responsável pelas orientações em relação às normas e procedimentos contábeis aplicáveis na elaboração das Demonstrações Contábeis e a UNILAB, como órgão subordinado, compete seguir o que é estabelecido pela STN, função que tem sido desempenhada da melhor forma possível visando, a cada dia, a geração de informações úteis aos gestores e à comunidade em geral e em conformidade com as legislações vigentes.

9. Referências

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**. Brasília: MF/STN, 2015.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: PARTE V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público**. 7ª ed. Brasília: MF/STN, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis**.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP - do Setor Público**.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Macrofunção 02.03.00**.

SIAFI, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. **Demonstrações Contábeis do Órgão 26442 – Exercício Financeiro de 2017**.

TESOURO GERENCIAL. **Extração de relatórios do Órgão 26442 – Exercício financeiro de 2017**.